

A. I. Nº - 130076.0004/02-6
AUTUADO - OURISOM EQUIPAMENTOS AUTOMOTIVOS LTDA.
AUTUANTE - PAULO DAVID RAMOS DE ALMEIDA
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTÔNIO DE JESUS
INTERNET - 06. 12. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0436-04/02

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 06/09/02, exige ICMS no valor de R\$ 2.438,34, em razão de recolhimento a menos do imposto devido por antecipação tributária, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88.

Tempestivamente, o autuado interpôs defesa ao lançamento. À fl. 36, apresentou um demonstrativo da antecipação tributária, considerando todas as aquisições de peças e acessórios novos para automóveis, bem como os respectivos CTCRs. Com base nesse demonstrativo, o defendente alegou que:

- a) Os CTCRs de nºs 162575 e 162579, ambos de 06/12/00, não podem ser incluídos na base de cálculo do imposto, uma vez que se referem a aquisições efetuadas em 12/2000, quando as peças tinham tributação normal.
- b) As Notas Fiscais nºs 75951, 30614, 9201, 9202 e os CTCRs nºs 162575, 162579 e 479334 foram registrados no Registro de Entradas, e o ICMS devido por antecipação tributária foi recolhido, por meio de um DAE no valor de R\$ 317,52 (fl. 39). Diz que o autuante considerou o valor total da Nota Fiscal nº 30614, quando nela havia um produto que não estava no regime de substituição tributária, (porém não disse qual). Salaria que não utilizou o crédito fiscal referente a essa mercadoria.
- c) Em relação aos períodos 05/2001, 07/2001, 08/2001, 10/2001 e 12/2001, apresentou cópia dos DAEs de acordo com o demonstrativo efetuado. Juntou cópia de notas fiscais e do livro Registro de Entrada nº 3 para comprovar que as diferenças cobradas pelo autuante são referentes a equipamentos de som e faixas laterais de veículos.

Ao final, requer a realização de diligência e solicita a nulidade da autuação.

Na informação fiscal, o autuante afirma que as diferenças encontradas são referentes a DAEs/GNREs não apresentados durante a ação fiscal. Reconhece que deixou de considerar DAEs e GNREs e que incluiu no levantamento itens referentes a equipamentos de som. Em seguida, faz os seguintes comentários sobre cada um dos meses em que houve exigência de imposto:

- Mês jan/01: Na Nota Fiscal nº 30614, há um item que é referente a equipamento de som e que foi indevidamente incluído no levantamento. Diz que foi correto o recolhimento efetuado.
- Mês mai/01: O DAE nº 10, relativo ao mês de março e preenchido erroneamente, não foi considerado no levantamento.
- Mês jul/01: O contribuinte não tinha apresentado a GNRE pertinente à Nota Fiscal nº 179.572.
- No mês de agosto, o autuado não tinha apresentado a GNRE referente à Nota Fiscal nº 182.336.

- Mês out/01: Foram incluídas no levantamento as Notas Fiscais n^{os} 28869, 28870 e 28871, relativas a equipamento de som.
- Mês dez/01: Alguns itens constantes na Nota Fiscal n^o 168.220, de 08/11/01, não são objeto de antecipação tributária.

Ao finalizar, o auditor fiscal diz que as alegações e os documentos apresentados pelo autuado às fls. 35 a 38 devem ser considerados. Ressalva que a apresentação do documento declarado foi intempestiva e que há incorreção no preenchimento do DAE relativo ao mês de março.

VOTO

O Auto de Infração exige ICMS recolhido a menos, devido por antecipação tributária, referente a aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária.

Alegou o autuado que DAEs e GNREs não foram considerados na auditoria e que mercadoria não enquadrada no regime de substituição tributária (equipamento de som) foi incluída no levantamento. Como prova de suas alegações, apresentou demonstrativo (fl. 36) e anexou documentos (fls. 39 a 122).

Após analisar as alegações e os documentos apresentados pelo autuado, constato que:

Mês de janeiro de 2001: A mercadoria “Falante quadriaxial 6x9” 250W titanium”, no valor de R\$ 419,60, consignada na Nota Fiscal n^o 30614 (fl. 32), deve ser excluída da base de cálculo do imposto, pois se trata de equipamento de som. Em consequência, o débito exigido nesse mês não subsiste.

Mês de maio de 2001: O autuado apresentou os seguintes documentos comprobatórios de pagamentos efetuados, elidindo os débitos exigidos na autuação: o DAE de fl. 39, no valor de R\$ 826,48, referente às Notas Fiscais n^{os} 84492 e 150119, dentre outras; o DAE de fl. 40, no valor de R\$ 178,97, pertinente às Notas Fiscais n^{os} 15908, 15909 e 24978; o DAE de fl. 40, no valor de R\$ 468,29, referente à Nota Fiscal n^o 15894. Ressalto que esse último DAE contém um erro no preenchimento da data de referência, porém esse fato não o invalida, uma vez que ele está correlacionado ao respectivo documento fiscal.

Mês de julho de 2001: O defendente apresentou GNRE (fl. 43), no valor de R\$ 518,18, correspondente à Nota Fiscal n^o 179572, elidindo, assim, a acusação.

Mês de agosto de 2001: O contribuinte apresentou GNRE (fl. 45), no valor de R\$ 39,24, referente à Nota Fiscal n^o 182336, ficando elidida a acusação.

Mês de outubro de 2001: A exigência fiscal não pode prosperar, haja vista que a mercadoria consignada nas Notas Fiscais n^{os} 28869, 28870 e 28871 (fls. 111 a 113), de NCM 49.08.90, não está relacionada no art. 353, II, do RICMS-BA/97.

Mês de dezembro de 2001: O valor exigido na autuação não procede, pois o autuante concordou com a alegação defensiva de que alguns itens de mercadorias não estavam sujeitos a substituição tributária.

Quanto à apresentação intempestiva dos DAEs e GNREs, tal fato não invalida as provas anexadas pelo autuado, uma vez que os recolhimentos foram efetuados antes do início da ação fiscal.

Em face do comentado acima, a infração não ficou caracterizada. Ressalto que o próprio autuante, na sua informação fiscal, acatou as alegações defensivas.

Pelo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **130076.0004/02-6**, lavrado contra **OURISOM EQUIPAMENTOS AUTOMOTIVOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de novembro de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM - JULGADOR